

**Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro:
para uma crítica da “questão urbana” contemporânea**

Marcos Rodrigues Alves Barreira *
Maurilio Lima Botelho **

Resumo: Partindo dos dados que demonstram o crescimento absoluto e relativo da população residente em favelas no município do Rio de Janeiro, o presente trabalho propõe interpretar a mudança qualitativa no tratamento do “problema favela” ocorrido nas décadas de 1980/1990, quando os projetos de remoção foram progressivamente substituídos por propostas pontuais de estruturação e formalização das comunidades.

Palavras-chave: favela; moradia; crise urbana.

**Urban Crisis and slum process in Rio de Janeiro:
to a critique of the "urban question" contemporary**

Abstract: Starting from statistics which demonstrate relative and absolute growing of the resident population in slum in the city of Rio de Janeiro, the present work considers to interpret the qualitative change in the treatment of the “slum problem” in the 1980/1990 decades, when the removal projects had been gradually substituted by proposals of structuration and formalization of the communities.

Keywords: slum, habitation, urban crisis.

Nas décadas de 1970 e 1980 a cidade do Rio de Janeiro apresenta uma queda significativa em seu ritmo de crescimento populacional: se ao longo dos anos 1970 havia crescido em torno de 2,57 % ao ano, na década seguinte o índice cai para 1,82 %. O fenômeno comum em todo o Brasil de esgotamento do crescimento das grandes cidades aparece no Rio de Janeiro ainda mais visível na última década do século XX, ao apresentar uma estabilização com crescimento irrisório, abaixo de um ponto percentual. Nas últimas décadas a expansão demográfica do Rio de Janeiro foi sempre acompanhada por um crescimento das favelas, num ritmo em média duas vezes maior que o restante da população. O significativo é que mesmo acompanhando a queda nos índices de crescimento populacional, a população das favelas continua a crescer e passou a abranger 17,57 % da população carioca em 1991, quando em 1980 totalizava 14,19 % (RIBEIRO e LAGO, 2001, p. 8).

Quais as justificativas para um crescimento das favelas enquanto o crescimento da população da cidade se estabilizou?

* Geógrafo pela UERJ, mestre em Psicologia Social e doutorando no PPGPS pela UERJ. End. eletrônico: marcosvelho@hotmail.com

** Geógrafo pela UERJ, mestre em Ciências Sociais e doutorando no CPDA pela UFRRJ. End. eletrônico: maurilio@bol.com.br

Algumas explicações envolvendo diversas escalas sócio-espaciais podem tentar dar conta desse complexo fenômeno.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é o esgotamento ou o fechamento da fronteira urbana do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana. Com exceção daqueles terrenos que, graças aos elevados índices alcançados pelo preço da terra, estão seguros contra invasão e aguardando o melhor momento para investimento imobiliário, não há mais terreno livre disponível na cidade.

Esse esgotamento da fronteira é visível pelo índice de crescimento populacional das regiões mais afastadas do Centro do Rio, isto é, Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Campo Grande (todas da Zona Oeste) apareceram, nos anos de 1980 e na década de 1990 como alternativa e válvula de escape para o inchaço do Rio de Janeiro: essas foram as áreas de maior crescimento no interior do município, apresentando, também, o maior crescimento da população residente em favelas (Ribeiro e Lago, 2001, p. 148).

Aliado a isso a crise da dívida na década de 1980, o acirramento da dependência financeira e as elevadas taxas de juros praticadas na década seguinte, se não provocaram o fim dos programas nacionais de habitação que atingiam a classe média e parte dos assalariados praticamente inviabilizaram o acesso à moradia para grande parte das camadas sociais de baixa renda.

A combinação de um mercado exíguo e seu conseqüente efeito de encarecimento das terras e a crise das (tímidas) políticas governamentais até então existentes para o acesso à casa própria forçaram a população em condições econômicas precárias a procurar alternativas nas favelas. Assim,

o crescimento extensivo-periférico, que gerou oportunidades de acesso à casa própria para amplos segmentos sociais, entrou em colapso, entre outras razões, pelo encarecimento da terra e pela perda da capacidade de endividamento dos trabalhadores em geral, atingindo aqueles com menor qualificação e sem proteção das leis trabalhistas (RIBEIRO e LAGO, 2001, p. 147).

Mas a favela não é apenas solução imediata para o problema da habitação; é também solução para o acesso a alguns serviços que, mesmo básicos, custam aos assalariados e trabalhadores informais uma parte significativa de suas rendas, como água e luz. Como na favela há um fácil acesso informal a esses serviços, uma parte da população carioca “moradora do asfalto” e que sofre os efeitos imediatos da precarização social, migra para o morro, para a periferia pobre, em suma, para as

“comunidades”, tentando através da sua entrada no “circuito inferior” driblar os efeitos da decadência social.

A criação de um circuito inferior nas cidades do mundo subdesenvolvido, antes de representar apenas a “informalidade” e a “ilegalidade”, respondia por uma verdadeira economia subterrânea, que atendia necessidades de uma parcela da população que foi tragada pela violenta explosão urbana e pela incapacidade estrutural das economias e dos Estados periféricos em “integrá-la” (SANTOS, 1979, p. 44).

Contudo, o contexto histórico que estamos examinando agora não é mais apenas o da “hipertrofia do setor terciário” nas grandes cidades do Terceiro Mundo, ou da precarização e da informalidade dos “marginais” subdesenvolvidos. Ainda que as características mais evidentes sejam muito próximas, principalmente no que se refere à informalização do trabalho, uma nova fase do desenvolvimento capitalista envolve todo o mundo, e não apenas o Sul.

Crise estrutural e “giro” na questão urbana

Aquilo que ficou conhecido como “crise da dívida” no caso brasileiro e latino-americano é apenas a face monetária e financeira mais visível de um colapso das políticas desenvolvimentistas dos países periféricos. Essa crise, antes de representar apenas a falência do projeto de inclusão social, corresponde à emergência e explosão de contradições intrínsecas do desenvolvimento capitalista, que esbarra em limites absolutos de seu desenvolvimento. Nas últimas décadas, mais precisamente desde o esgotamento do *boom* econômico do pós-guerra — cujos marcos são a quebra do padrão dólar-ouro e o choque do petróleo —, todos os países industrializados (e não apenas estes) têm enfrentado dificuldades na manutenção da regulação econômica baseada no binômio fordismo-keynesianismo. Pesadas burocracias, gastos previdenciários crescentes, gastos militares e dívida exponencial fizeram com que as políticas governamentais sofressem fortes ataques conservadores. Contudo, o problema não é estritamente de ordem administrativa, dado que as dificuldades enfrentadas pelo Estado repercutem as próprias dificuldades do investimento capitalista, que encontrou um obstáculo intransponível para a sua expansão: como pela primeira vez na história capitalista a capacidade de racionalização dos processos produtivos é maior do que a expansão desencadeada no mercado, o crescimento econômico tem significado ampliação do desemprego.

No que toca à questão urbana propriamente dita, a crise do Estado representa o fim dos grandes projetos de planejamento urbano e a exclusão do financiamento dos planos de reforma urbana de qualquer pauta governamental. E é exatamente na década de 1970 que ocorre uma mudança no modo como os Estados tratam do “problema favela”, verificável em termos mundiais mas com singularidades próprias à cada região e país. De um problema social e urbano a ser resolvido, a favela comparece como uma “solução” para o problema da moradia, e agora não apenas como uma solução para os seus habitantes, mas também para os órgãos públicos, que se limitam a fornecer infraestrutura básica.

A emergência de governos neoliberais nos países do centro capitalista, a administração mundial das dívidas públicas por órgãos como o FMI e o Banco Mundial e a própria incapacidade dos países do Terceiro Mundo, em especial da América Latina, fomentaram uma série de modificações no “plano” de enfrentamento do problema da favelização nas grandes cidades. Não apenas os “planos de ajustes estruturais”, mas os pacotes econômicos de aperto fiscal, a organização e popularidade da ideologia das ONGs, o discurso do livre-emprego e por fim a teoria social foi envolvida por novas propostas que buscavam minimizar o problema habitacional — o desejo de “resolver” o problema foi visto como arrogante e utópico demais — através da mera manutenção das moradias já existentes, melhoria nas suas condições, nos equipamentos urbanos das favelas e, o mais importante, a garantia da posse através da formalização e legalização. Mike Davis apreendeu como poucos o ambiente que envolveu toda essa mudança de paradigma:

Melhorar as favelas em vez de substituí-las tornou-se a meta menos ambiciosa da intervenção pública e privada. Em vez da reforma estrutural da pobreza urbana imposta de cima para baixo, como havia sido tentado pelas democracias sociais da Europa no pós-guerra e defendido pelos líderes revolucionários-nacionalistas da geração dos anos 1950, a nova sabedoria do final da década de 1970 e início da de 1980 exigia que o Estado se aliasse a doadores internacionais e, depois, a ONGs para tornar-se um “capacitador” dos pobres. Em sua primeira iteração, a nova filosofia do Banco Mundial (...) insistia numa abordagem de oferta de “lotes urbanizados” (fornecimento de infra-estrutura básica de água e esgoto e obras de engenharia civil) a fim de ajudar a racionalizar e melhorar as habitações construídas pelos próprios moradores. Entretanto, no final da década de 1980, o Banco Mundial defendia a privatização da oferta de habitações já prontas, e logo tornou-se o megafone institucional mais poderoso dos programas [que advogam] soluções microempresariais para a pobreza urbana (2006, pp. 79-80).

A mudança no modo de tratar da questão urbana está atrelada ao conjunto da “virada cultural” da filosofia e teoria social das últimas décadas: os projetos de reforma urbana, remoção, reordenamento viário e territorial, sejam eles de inspiração socialistas ou fascistas ou aqueles realizados em Estados democráticos, são todos tratados como “autoritários”, como soluções traumáticas para a questão urbana e, por isso, descartados. No seu lugar entra o discurso sobre a revalorização da cultura popular, do espaço comunitário, o fortalecimento dos laços sociais desenvolvidos em meio à pobreza, as “soluções criativas” e até estéticas dos favelados frente às adversidades sociais e econômicas. Isto é, o elogio “da práxis dos pobres tornou-se uma cortina de fumaça para revogar compromissos estatais históricos de reduzir a pobreza e o déficit habitacional” (Davis, 2006, p. 81). O Estado deixa de ser o principal agente responsabilizado pela solução dos problemas sociais e passa a ser mero co-participante, entre outros, na capacitação do indivíduo para resolver seus próprios problemas. O resultado disso é que as formas privadas de resolução do problema da habitação tornam-se o centro das políticas públicas, que se limitam a outorgar a terceiros a gestão urbana, como o financiamento privado das habitações, a concessão de obras para empreiteiras, o fomento à ação das ONGs, enfim, todas as medidas de terceirização e privatização do enfrentamento do problema habitacional entram na ordem do dia.

O giro no “problema favela” no Rio de Janeiro

No Brasil a mudança na forma de enfrentar a questão urbana, principalmente o déficit habitacional e o “problema favela” é muito visível, sendo o Rio de Janeiro seu exemplo privilegiado, pois aqui a crise do Estado e as políticas econômicas neoliberais transformaram a favela em parte da solução para o problema habitacional, anulando a imagem cultivada durante décadas de um problema a ser resolvido. Programas em diversas esferas do Estado (municipal, estadual e federal) colocam a favela no centro de propostas de assentamento urbano dos grupos sociais mais pobres. Mas algumas peculiaridades da formação social brasileira, em que historicamente a impessoalidade das relações de mercado interage com capricho individualizado das relações patriarcais, complexificam esse capítulo brasileiro da questão urbana.

É verdade que o “problema favela” nunca foi um problema absoluto no caso brasileiro, isto é, a sua repressão e desmonte dependiam da área em que se localizava. Com exceção de determinadas áreas nobres e economicamente importantes da cidade do Rio de Janeiro, a favela não chega a ser um problema de administração urbana ou um

problema social, pois, longe da vista, são toleradas e até celebradas de maneira culturalista por parte da intelectualidade. Por isso é significativo que 70 % de todos os domicílios removidos das favelas estavam em bairros da Zona Sul ou Tijuca e Méier. Se afastadas dos terrenos mais valorizados da cidade ou, pelo menos, localizadas de forma a não saltar à vista, as favelas não são apenas toleradas como até são necessárias.

Maurício de Abreu (1995, p. 131) demonstrou como o deslocamento da questão social, substituindo como habitação popular os cortiços pelo subúrbio e favelas, foi na verdade uma espécie de resolução do problema, na medida em que esvaziou o potencial conflitivo da forma da habitação propriamente dita para o espaço, isto é, houve algo como que uma distensão graças ao “espalhamento” para além do centro da cidade do Rio de Janeiro. A dialética negativa do conflito social brasileiro, amortecido pela convivência da norma com a tolerância à sua infração, não gerou uma solução capaz de criar uma condição qualitativamente nova para o operário e a classe trabalhadora em geral — o espaço serviu de válvula de escape para resolver os problemas relacionados à intervenção urbana visando à reestruturação do centro do Rio de Janeiro. O problema da habitação popular, tensionado pelos conflitos sociais no início do século, girou em falso em torno de sua própria solução e conseguiu permanecer nos mesmos quadros de precariedade, mudando apenas de endereço e topografia.

Assim, devido a esse quadro complexo, ao longo do século XX as idéias conversadoras de remoção direta conviveram também com projetos de criação de condições mínimas para manter a população já presente nas favelas. No período em que ocorreu o auge das remoções, justamente durante a ditadura militar, outros objetivos políticos estavam atrelados às remoções, pois “o ‘remocionismo’ objetivava não apenas desocupar áreas de grande valor imobiliário, mas também dismantelar a organização política dos excluídos” (BURGOS, 1999, p. 38).

Já na segunda metade da década de 1970 estavam esgotados os projetos de remoção e esse objetivo de eliminação política consolidado, tanto que já era possível enxergar mesmo por parte dos militares ações de regularização e garantia da posse dos moradores de favelas.

Assim, não foi difícil reconhecer, passados os “anos de chumbo”, que a favela poderia e deveria ser reconhecida como um espaço de moradia própria, justificável e legítimo. Principalmente a partir do primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) reforça-se a idéia de que é possível converter a favela em área de habitação popular regular, legalizando a propriedade da terra e criando a infra-estrutura de saneamento. O

governo do PDT transformou em política pública ampla e oficial o que antes era apenas aleatório ou subentendido: a legitimação da favela como moradia popular. E esta continuidade é marcada por uma nova conjuntura econômica nacional e mundial: aceitação, saneamento e legalização é um *upgrade*, frente à crise econômica mundial e à incapacidade global de intervenção urbana do Estado, do tratamento dispensado à favela como o local próprio das camadas sociais mais pobres, assalariados precários e trabalhadores informais. Ou seja, na falta de uma capacidade de reformulação urbana radical, a alternativa mais fácil para resolver o problema da habitação popular é conduzi-lo oficialmente nos moldes do que já vinha sendo feito “espontaneamente” - a não-solução do problema é a sua solução.

Outro a ser ressaltado é a incapacidade de atuação estatal-policial nos morros cariocas já nesse período: a década de 1980 marca exatamente o período em que foi possível ao tráfico de drogas se organizar em facções e ter acesso a armamentos pesados. O problema do tráfico já estava delineado naquele momento, fato que impedia qualquer solução fácil para o problema da expansão das favelas. Na aplicação posterior das mesmas medidas pontuais de reforma das condições habitacionais da favela pela prefeitura do Rio de Janeiro, através do programa Favela-Bairro, na década de 1990, um dos objetivos traçados era exatamente facilitar o acesso do poder público às “comunidades”, através da abertura de ruas e alargamento de vielas e corredores.

Assim, as políticas de saneamento, criação de infra-estrutura e legalização do governo Brizola — cujo Programa de Favelas da Companhia Estadual de Água e Esgotos (PROFACE) entre 1983 e 1985 levou água e esgoto a cerca de 60 favelas da cidade do Rio de Janeiro — não são apenas políticas “populares”, mais igualmente *realpolitik* no sentido mais preciso: se o Estado em crise não pode enfrentar o “problema favela” de modo radical, proporcionando reforma urbana e reestruturação do espaço social do Rio de Janeiro, resta a alternativa política e urbanisticamente mais simples e menos custosa de legitimação e manutenção da favela como moradia popular. Em certo sentido, portanto, a política urbana “trabalhista” é um anúncio do “Estado mínimo” em nível estadual e municipal que veríamos encenado nos anos ’90. Não é por acaso que as ações e declarações do Bando Mundial nesse período já reforçam o papel que as favelas teriam no novo modo de proceder da política mundial,

Os empréstimos do Banco Mundial para desenvolvimento urbano aumentaram de meros 10 milhões de dólares em 1972 para mais de 2 bilhões de dólares em 1988. E, entre 1972 e 1990, o Banco ajudou a financiar um total de 116

programas de oferta de lotes urbanizados e/ou de urbanização de favelas em 55 países. É claro que em termos da necessidade isso não passou de uma gota num balde d'água, mas deu ao Banco enorme influência nas políticas urbanas nacionais, além de uma relação de patrocínio direto com as ONGs e comunidades faveladas locais; também permitiu ao Banco impor as suas próprias teorias como ortodoxia mundial da política urbana (DAVIS, 2006, p. 79).

O reconhecimento da favela e sua expansão

O programa Favela-Bairro implementado na cidade do Rio de Janeiro na década de 1990 tornou-se a principal manifestação dessa virada no tratamento da questão urbana e do problema habitacional no Brasil.

O Favela-Bairro é o carro-chefe responsável pelas várias administrações do prefeito César Maia e o programa conta com variadas fontes de financiamento de seus projetos de urbanização, dependendo da dimensão da favela, destacando-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Caixa Econômica Federal (CEF), a União Européia (cujos recursos foram fornecidos a fundo perdido) e fundos da própria prefeitura.

Implementado desde 1994 em cerca de 105 favelas da cidade do Rio de Janeiro, o programa oficialmente estabeleceu como seus objetivos, segundo a orientação do Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GAEP), “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade” (GEAP *apud* Burgos, 1999, p. 49).

Para seguir esse objetivo geral o programa previa a implantação de rede de água e esgoto, canalização de canais e valas, abertura de vias de acesso (corredores, ruas e escadas), regularização fundiária e instalação de serviços públicos municipais (como, por exemplo, postos de saúde e creches).

Embora esses meios pareçam compor um amplo espectro de realizações, o programa não reedita os grandes projetos de reforma urbana. Pelo contrário, o Favela-Bairro segue à risca os “modelos pós-modernos” de intervenção urbana mínima e trata de reconhecer a favela como um bairro da cidade e não eliminá-la ou substituí-la, “Portanto nota-se que, ao contrário de outros programas de urbanização de favelas realizados na cidade (...) o Favela-Bairro tem por princípio intervir o mínimo possível nos domicílios, definindo-se como um programa eminentemente voltado para a recuperação de áreas e equipamentos públicos” (BURGOS, 1999, p. 49).

Se observarmos que para a execução do programa foi criada especialmente a Secretaria de Habitação, parece que uma contradição em termos se estabelece, mas nada mais equivocado: a mínima intervenção nos domicílios não significa de modo algum uma negação do Favela-Bairro como programa habitacional. Conforme a versão da prefeitura, contida no Plano Estratégico da cidade, “a premissa básica do programa é o reconhecimento do esforço despendido pelas populações de baixa renda na produção de sua moradia, visando estimulá-lo e complementá-lo” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro).

No momento em que ocorre esta legitimação da favela está em curso também uma expansão da favelização na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma situação que não pode ser analisada apenas pelo aspecto da alteração espacial ou urbana, pois se trata de uma transformação social complexa, na qual atuam fatores como a precarização das ocupações, o desemprego, a decadência econômica, a ampliação relativa dos custos de moradia etc. Todos esses fatores interferem na questão habitacional. A regularização fundiária vem alimentar a favelização e, aspecto absolutamente novo, vem criar um mercado de terras no interior das favelas.

Não é por acaso a proliferação de um pequeno mercado habitacional nas favelas: com a tendência dos projetos minimalistas de reforma urbana em regularizar as moradias, a transformação das casas, barracos e terrenos em objeto de compra e venda se consolida, pois mesmo os imóveis não regularizados agora não correm mais o risco de serem removidos. Os exemplos são variados:

Por uma construção de tijolos sem revestimento, de 4x5 metros, 20 metros quadrados, portanto, paga-se em Rio das Pedras R\$ 320,00 mensais. Se for para o lado da lagoa, são grandes as possibilidades de afundar na lama. Nesse espaço, geralmente um quadrilátero de cortinas isola o vaso sanitário e o que sobra acomoda a vida de quatro pessoas. Na Rocinha um quarto-e-sala chega a R\$ 550,00 (...). Na favela do Vidigal, no Rio, a passagem do Favela-Bairro valorizou os imóveis e alargou a trilha da especulação imobiliária. Como na favela do Jacarezinho, onde os aluguéis subiram de R\$ 170,00 para R\$ 220,00, ali romperam o teto de R\$ 300,00 para R\$ 350,00, mesmo preço de um apartamento de quarto-e-sala no condomínio Parque dos Passarinhos, na estrada de Jacarepaguá, bairro do Anil (VARGAS, 2003).

Toda essa movimentação demonstra sem dúvida a criatividade da população pobre no enfrentamento da situação de pobreza, mas revela também a ainda maior capacidade de acirramento e perpetuação de relações mercantis mesmo em condições de pobreza extrema: se a formação de um mercado imobiliário no seio das favelas pode

significar a vitória do discurso contemporâneo do “auto-emprego”, isso implica também no escalonamento social ainda mais complexo das condições habitacionais e o fechamento das possibilidades de moradia definitiva para os mais miseráveis:

Levantamento feito em 2005 mostrou que o preço médio de um apartamento de dois quartos em Acari, Zona Norte, era de R\$ 30 mil, enquanto uma casa de dois quartos na favela Parque Acari, custava em torno de R\$15 mil. Em São Cristóvão, um imóvel de dois quartos custava em média R\$60 mil, enquanto uma casa com dois dormitórios na favela do Tuiuti beira os R\$20 mil (...) Com custos cada vez mais elevados, o mercado de locação em favelas tem crescido muito nos últimos anos. Enquanto em 2002 o aluguel representava 12% das transações de imóveis, em 2005 essa proporção subiu para quase 30%. (RAMALHO, 2006).

Se a população do Rio de Janeiro está se encaminhando gradualmente para as favelas, não é menos verdadeiro que um fenômeno concomitante e complementar está ocorrendo: a favela está descendo o morro e ocupando o asfalto, isto é, em várias áreas da cidade a decadência dos equipamentos públicos, a desestruturação do espaço urbano, a degradação urbanística está convertendo bairros em favelas.

Os limites à expansão imobiliária geraram uma situação tão grave que a população mais miserável, enfrentando o mercado imobiliário formal ou informal que está elevando os preços e os aluguéis nas favelas, não tem outra alternativa a não ser expandi-la rumo ao asfalto. Enquanto a cidade apresentava uma expansão urbana extensiva (rumo aos terrenos mais afastados e de baixo preço) e intensiva (nas áreas mais valorizadas via verticalização) a favela era alternativa e complemento à expansão da malha urbana regular. Com o esgotamento urbano e o empobrecimento da população carioca, a favela volta seu caminho para o “asfalto” e começa a “fagocitar” a cidade. Nos últimos anos pequenas favelas, conjuntos de casas de alvenaria sem revestimento, as vezes sem colunas e vigas, ou simplesmente barracos de madeiras foram erguidos em variadas áreas livres da cidade.

Assim, uma favela se expandiu para a área de calçada da Av. Martin Luther King, acompanhando o muro do CEASA, entre os bairros de Colégio e Irajá. Os muros da linha do metrô também têm servido de apoio para favelas e moradias extremamente precárias, que são erguidas ao longo de toda a Linha 2. Em Tomás Coelho, o viaduto sobre a linha do metrô também teve as calçadas ocupadas por barracos e em Benfica a favela de Manguinhos já ocupa parte da rua Leopoldo Bulhões. Galpões e fábricas fechadas em vários bairros atravessados pelo Complexo do Alemão têm suas instalações divididas por moradores, seus terrenos divididos por paredes que constituem

condomínios irregulares — as diversas favelas que compõem o complexo estão provocando uma espécie de conurbação e digerindo os bairros que se situam nos seus interstícios.

Um morador da Penha, testemunha da expansão da Vila Cruzeiro sobre as ruas do bairro, conseguiu resumir em uma expressão todo esse caminho invertido do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro: “Enquanto a prefeitura faz o Favela-Bairro, a gente vira o Bairro-Favela” (LARA, 2003).

Referências:

- ABREU, Maurício de. “Habitação popular, forma urbana e transição para o capitalismo industrial” In: BECKER, Bertha K. et al.. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995, pp. 118-135.
- BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro” In ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. pp.25-60.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ERTHAL, João Marcello; DIAS, Mauricio. Batalha no Alemão. In: *CartaCapital*, 4 de julho de 2007.
- LARA, Douglas. Quando o bairro vira favela. *Jornal O Globo*, 10 de novembro de 2003.
- LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1978.
- PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/old/plano93_96/entrada.html.
- RAMALHO, Marina. Imóveis em favelas são concorridos no mercado informal. *Boletim da FAPERJ*, 31 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=3093>. Acesso em 09/10/06.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, LAGO, Luciana Corrêa do. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *XXIV Encontro anual da Anpocs*, GT 07, Seção II, pp. 01-23, 2000.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 15(1), pp. 144-154, 2001.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- VARGAS, Xico. Os brasileiros da riqueza invisível. *NoMínimo*, 24 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2003/12/12/xico1.html>>. Acesso em 24/11/03.